



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

### SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA CE

### AO PROJETO DE LEI Nº 1.702, DE 2011

Altera a Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1998, que institui as normas gerais do desporto, e a Lei n.º 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a bolsa-atleta, para incluir medidas com o objetivo de garantir a escolarização de atletas menores de dezoito anos que não tenham concluído o ensino médio.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Dê-se ao art. 28 da Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1998, a seguinte redação:

“Art. 28.....

.....  
*II - cláusula compensatória desportiva, devida pela entidade de prática desportiva ao atleta, nas hipóteses dos incisos III a VI do §5º.*

.....  
§ 4º .....

.....  
*VII – o contrato especial de trabalho desportivo do atleta profissional menor de dezoito anos que ainda não houver concluído o ensino médio extinguir-se-á antecipadamente caso não sejam cumpridas pela entidade de prática desportiva contratante as*

\*33BF50B037\*

33BF50B037



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

determinações do art. 425 e do **caput** do art. 427 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

§ 5º .....

IV - com a rescisão indireta, nas demais hipóteses previstas na legislação trabalhista;

V - com a dispensa imotivada do atleta;

VI – com a rescisão antecipada prevista no inciso VII do § 4º.

.....” (NR)

Art. 2º O art. 29 da Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art. 29.....

§ 14 O contrato de formação desportiva do atleta em formação extinguir-se-á antecipadamente nas seguintes hipóteses:

I – desempenho insuficiente ou inadaptação do atleta em formação;

II – falta disciplinar grave;

III – ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo;

IV – a pedido do atleta em formação;

V – descumprimento por parte da entidade de prática desportiva formadora dos requisitos estabelecidos no § 2º, inciso II, alíneas “d” e “f”.

§ 15 A entidade de prática desportiva formadora deverá manter sob sua guarda os seguintes documentos, relacionados aos atletas em formação menores de dezoito anos que ainda não tenham concluído o ensino médio:

a) comprovante de matrícula em instituição de ensino;

b) comprovante de frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas em cada bimestre escolar;

c) comprovante de aprovação escolar nos anos letivos correspondentes ao período de formação.”(NR)

\*33BF50B037\*

33BF50B037



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 3º Dê-se ao art. 34 da Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1998, a seguinte redação:

*“Art. 34. ....*

*IV – manter sob sua guarda os seguintes documentos relacionados aos atletas profissionais menores de dezoito anos que ainda não tenham concluído o ensino médio:*

*comprovante de matrícula em instituição de ensino;*

*comprovante de frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas em cada bimestre escolar.” (NR)*

Art. 4º A Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

*“Art. 46-B. Ficam sujeitos a multa os infratores de qualquer uma das seguintes disposições:*

*I - art. 28, § 4º, inciso VII, desta Lei;*

*II - art. 29, § 2º, inciso II, alíneas “d” e “f” desta Lei;*

*III – art. 29, § 14, desta Lei;*

*IV – art. 29, § 15, desta Lei;*

*V – art. 34, inciso IV, desta Lei.*

*§ 1º O valor da multa de que trata este artigo será fixado no regulamento desta Lei e corrigido periodicamente, com base nos índices estabelecidos na legislação pertinente, sendo o mínimo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) e o máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).*

*§ 2º A multa incidente sobre as infrações aos dispositivos identificados nos incisos I, III, IV e V do caput deste artigo será aplicada tantas vezes quantos forem os atletas menores em desacordo com a lei, sendo calculada em dobro em caso de reincidência.”*

*“Art. 46- C. São competentes para impor as penalidades previstas no art. 46-B as autoridades competentes do Ministério do Trabalho e Emprego responsáveis pelo fiel cumprimento das normas de proteção ao trabalho.”*

**\*33BF50B037\***

**33BF50B037**



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 5º Dê-se ao art. 3º, inciso VI, da Lei n.º 10.891, de 9 de julho de 2004, a seguinte redação:

“Art. 3º.....

.....

*VI - estar regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, com satisfatório aproveitamento escolar, no caso de atletas que pleitearem a Bolsa-Atleta Estudantil e de atletas menores de dezoito anos de idade que pleitearem a Bolsa-Atleta nas demais categorias e ainda não tiverem concluído o ensino médio;*

.....” (NR)

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2013.

**Deputado ARTUR BRUNO**  
**Presidente em exercício**

**\*33BF50B037\***  
**33BF50B037**



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**\*33BF50B037\***

**33BF50B037**